Sumário

I

ABUSO DE DIREITO DE AÇÃO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. "SHAM LITIGATION". DECISÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA – CADE. USURPAÇÃO DE FUNÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. INEXISTÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS 19

1. Síntese da causa 19
2. Considerações teóricas 20
   - 2.1. Sobre o princípio da boa-fé e o exercício inadmissível de situações jurídicas 20
   - 2.2. O princípio da boa-fé processual. 25
   - 2.3. O abuso do direito de ação 29
   - 2.4. O abuso do direito de ação e suposto ilícito concorrencial de *sham litigation* 37
3. O caso sob consulta 42
   - 3.1. Considerações iniciais. 42
   - 3.2. As condutas tidas como abusivas na decisão do CADE 47
     - 3.2.1. Depósito da patente e ajuizamento da ação n. xxxxx. Reconhecimento da ausência de qualquer exercício inadmissível 47
     - 3.2.2. A suposta alteração do escopo da patente 48
     - 3.2.3. Supostas omissões de informações relevantes pela representada. 50
     - 3.2.4. Do suposto *forum non conveniens* 54
     - 3.2.5. Reconvenção na ação n. XXXXX promovida por Z 58
   - 3.3. Conclusões desse tópico 58
4. Conclusões 59

II

CONCESSÃO DE PATENTES COM BASE EM INTERPRETAÇÃO DO INPI. POSTERIOR MUDANÇA DE POSICIONAMENTO. PRAZO DE VIGÊNCIA MÍNIMO DAS PATENTES. DEMANDAS DE NULIDADE. EFETIVA REPETIÇÃO DE PROCESSOS. QUESTÃO REPETIDA DE DIREITO. RISCO DE OFENSA À ISONOMIA E À SEGURANÇA JURÍDICA. CABIMENTO DE INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) 61

I. Síntese da consulta 61
II. Questão de admissibilidade: o cabimento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas 63
   1. Considerações teóricas. 63
   2. O caso concreto 68
III. Sobre o mérito do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas 74
   1. Considerações teóricas sobre a interpretação normativa 74
   2. O caso sob consulta 77

IV. Ainda sobre o mérito: A incidência dos princípios da segurança jurídica e da confiança 88
1. Considerações teóricas 88
3. O caso sob consulta..... 92
V. Conclusões..... 94

III

INTERPRETAÇÃO DE DECISÃO JUDICIAL. ART. 32 DA LEI DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO AMPLIATIVA APÓS O REQUERIMENTO DE EXAME. COISA JULGADA MATERIAL QUE NÃO ABRANGE VEDAÇÃO À REDUÇÃO DO QUADRO REIVINDICATÓRIO..... 97

1. Síntese da causa 97
2. Considerações teóricas..... 99
2.1. Sobre a interpretação da decisão judicial..... 99
2.2. Sobre a interpretação dos atos postulatórios. 105
3. O caso sob consulta..... 110
3.1. Sobre o objeto litigioso do processo..... 110
3.2. Sobre a interpretação do acórdão em análise 115
4. Conclusões..... 122

IV

CONTRATO EMPRESARIAL. CONTRATO PRORROGADO POR PRAZO INDETERMINADO. POSSIBILIDADE DE DENÚNCIA VAZIA. AVISO PRÉVIO. LICITUDE. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA 125

1. Síntese da causa 125
2. Considerações sobre os contratos empresariais..... 128
3. O caso sob consulta..... 133
3.1. O contrato em análise como contrato empresarial e de lucro. Inaplicabilidade da racionalidade do sistema consumerista..... 133
3.2. A denúncia imotivada procedida pela Y S/A e a sua licitude 134
3.3. O atendimento à exigência de aviso prévio 140
3.4. Sobre os erros das sentenças em análise 145
4. Conclusões..... 152

V

EFICÁCIA DE COISA JULGADA MATERIAL. AUSÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL ULTERIOR. INEXISTÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE SITUAÇÃO JURÍDICA MATERIAL DISCUTIDA EM JUÍZO. BOA-FÉ SUBJETIVA..... 155

1. Síntese da consulta 155
2. Introdução 157
3. Primeiro argumento: Inexistência de alienação de coisa litigiosa ou de cessão de direito litigioso..... 159
3.1. Considerações teóricas sobre a posse..... 159
3.2. O caso sob consulta..... 161
4. Segundo argumento: a boa-fé dos consulentes..... 164
4.1. Considerações teóricas sobre a boa-fé subjetiva..... 164
4.2. O caso sob consulta..... 169
5. Conclusões..... 173

VI

INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA. COMISSÃO DE REPRESENTANTES. TRANSAÇÃO. CONCESSÕES RECÍPROCAS. ALTERAÇÃO DO CONTEÚDO DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS. HOMOLOGAÇÃO. COISA JULGADA MATERIAL. POSTERIORES DEMANDAS 175

1. Síntese da consulta 175
2. Considerações teóricas 177
   2.1. Sobre os negócios jurídicos 177
   2.2. A transação como negócio jurídico contratual material 181
   2.3. Sobre o juízo de homologação da transação e a coisa julgada material 188
3. O caso sob consulta 192
   3.1. Considerações introdutórias. 192
   3.2. Sobre a transação celebrada 193
   3.3. Sobre a coisa julgada material formada 197
   3.4. Sobre as novas demandas ajuizadas por adquirentes 199
4. Conclusões 202

VII

TRANSAÇÃO. DECISÃO HOMOLOGATÓRIA. COISA JULGADA MATERIAL. CABIMENTO DE AÇÃO RESCISÓRIA. DESCABIMENTO DE AÇÃO ANULATÓRIA 203

1. Síntese da causa 203
2. Considerações teóricas 205
3. O caso sob consulta 212
4. Conclusões 216

VIII

INTERPRETAÇÃO DE DECISÃO JUDICIAL. CRITÉRIOS LITERAL, SISTEMÁTICO E TELEOLÓGICO. BOA BOA-FÉ OBJETIVA E COMPORTAMENTO DA PARTE. CONTEÚDO DO ATO POSTULATÓRIO. CONTEÚDO DE COISA JULGADA MATERIAL. VALOR DE LOCAÇÃO DE LOTES/TERRENOS. IMPOSSIBILIDADE DE SE CALCULAREM VALORES DE LOCAÇÃO DE TODOS OS APARTAMENTOS DE UM EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO HIPOTÉTICO. FASE DE LIQUIDAÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA DO PARÁGRAFO SEGUNDO DO ARTIGO 475-L DO CPC/1973 219

1. Síntese da causa 219
2. Sobre a interpretação da decisão judicial 222
3. Sobre a integração da decisão judicial 225
3. O caso sob consulta 228
   3.1. Considerações iniciais 228
   3.2. A interpretação da decisão judicial transitada em julgado 231
      3.2.1. Interpretação literal 232
      3.2.2. Interpretação sistemática 233
      3.2.3. Interpretação finalística. 236
      3.2.4. Interpretação de acordo com a boa-fé 238
   3.3. A ofensa à coisa julgada material 239
   3.4. Da não incidência da norma decorrente do §2º do art. 475-L do CPC/1973. 241
4. Conclusões 243

IX

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. NEGÓCIO JURÍDICO CONTRATUAL. DISSÍDIO COLETIVO. DECISÃO DE IMPROCEDÊNCIA. CERTIFICAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DO DIREITO. INEXISTÊNCIA DE MUDANÇA NO MUNDO JURÍDICO, NÃO SE CRIA NOVO NEGÓCIO, NEM NOVAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS. COISAS JULGADAS MATERIAIS ANTERIORES QUE NÃO SÃO ATINGIDAS. INEXISTÊNCIA DE DECISÃO CONDICIONAL. FUNDAMENTO DA DECISÃO QUE NÃO COMPÕE O CONTEÚDO DA COISA JULGADA FORMADA. NOVAS DEMANDAS DE CUMPRIMENTO DA CLÁUSULA DA CONVENÇÃO. IMPEDIMENTO À ADMISSIBILIDADE. EFEITO NEGATIVO DA COISA JULGADA 245

1. Síntese da consulta 245
2. Considerações teóricas 246
   2.1. Sobre os negócios jurídicos 246
   2.2. As convenções coletivas como negócios jurídicos contratuais coletivos 250
3. O caso sob consulta 255
   3.1. Considerações iniciais 255
   3.2. Sobre a coisa julgada material formada nas demandas de cumprimento 257
   3.3. Sobre a decisão do dissídio coletivo: o trânsito em julgado no dissídio coletivo não atinge a imutabilidade quanto à certificação da inexistência de dever de cumprir. 261
   3.4. A resolução de questão incidental não compõe o conteúdo da coisa julgada formada. Da inexistência de decisão condicional. 263
   3.5. Conclusões deste ponto 266
4. Conclusões 267

X

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. PEDIDOS DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER. GENERALIDADE E ABSTRAÇÃO. SENTENÇA QUE ACOLHE. REPRODUÇÃO DE COMANDOS GENÉRICOS E ABSTRATOS. AUSÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE OBRIGAÇÃO CONCRETA. AUSÊNCIA DE NORMA JURÍDICA INDIVIDUALIZADA 269

1. Síntese da causa 269
2. Considerações teóricas 275
   2.1. Sobre as normas jurídicas 275
   2.2. Sobre a tutela coletiva 281
3. O caso concreto 283
4. Conclusões: 291

XI

INTERPRETAÇÃO DO PEDIDO E DA CAUSA DE PEDIR. HABITUALIDADE. INTERPRETAÇÃO LITERAL. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. USO. BOA BOA-FÉ OBJETIVA. FUNÇÃO INTERPRETATIVA. 293

1. Síntese da causa. 293
2. Notas para uma teoria sobre a interpretação dos atos postulatórios. 295
   2.1. Introdução 295
   2.2. Esboço sobre a interpretação do texto da postulação em juízo 299
3. O caso sob consulta. 304
4. Quesitos. 312
5. Conclusões 313

XII

INTERPRETAÇÃO DE DECISÃO JUDICIAL. CRITÉRIOS LITERAL, SISTEMÁTICO E TELEOLÓGICO. CONTEÚDO DE COISA JULGADA MATERIAL 315

1. Síntese da causa 315
2. Considerações teóricas 317
3. O caso sob consulta 319
4. Conclusões 329

XIII

MULTA PREVISTA EM DISSÍDIO COLETIVO. NORMA JURÍDICA INDIVIDUALIZADA INCOMPLETA. QUANTUM DEBEATUR. LIQUIDAÇÃO. DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS. AUSÊNCIA DE FIXAÇÃO. DECISÃO QUE JULGA O MÉRITO DA LIQUIDAÇÃO. COISA JULGADA MATERIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. CABIMENTO. VIOLAÇÃO QUE NASCE COM O ACÓRDÃO RESCINDENDO. PRÉ-QUESTIONAMENTO. INTERPRETAÇÃO DE DECISÃO JUDICIAL. IDENTIFICAÇÃO DE CONTEÚDO DE COISA JULGADA MATERIAL 331

1. Síntese da causa 331
2. Considerações teóricas 337
3. O caso sob consulta 344
   - 3.1. Considerações introdutórias: sobre as coisas julgadas formadas 344
   - 3.2. Sobre o objeto e cabimento da demanda rescisória 348
   - 3.3. Sobre a eventual exigência de pré-questionamento 351
   - 3.4. Sobre as alegações do demandado/contestante sobre a admissibilidade da demanda 353
4. Conclusões 359

XIV

INTERPRETAÇÃO DE DECISÃO LITERAL, SISTEMÁTICO E FINALÍSTICO. PARCELAS VINCENDAS. PEDIDO IMPLÍCITO 361

1. Síntese da causa 361
2. Sobre a interpretação da decisão judicial 363
3. O caso sob consulta 366
   - 3.1. Considerações iniciais 366
   - 3.2. O conteúdo da coisa julgada material 368
4. Conclusões 376

XV

INTERPRETAÇÃO DE DECISÃO JUDICIAL. CRITÉRIOS LITERAL, SISTEMÁTICO E TELEOLÓGICO. CONTEÚDO DE COISA JULGADA MATERIAL. CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE. EFICÁCIA PERSUASIVA DE *RATIO DECIDENDI* 379

1. Síntese da consulta 379
2. Sobre a interpretação da decisão judicial 381
3. O caso sob consulta 384
   - 3.1. Considerações iniciais 384
   - 3.2. O conteúdo da coisa julgada material. 386
4. Conclusão 396

XVI

INTERPRETAÇÃO DE DECISÃO JUDICIAL. CERTIFICAÇÃO DE DIREITO PELA NÃO CONSTRUÇÃO DE ABATEDOURO. FORMAÇÃO DE COISA JULGADA MATERIAL. FASE DE LIQUIDAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DO DIREITO CERTIFICADO. DECISÃO QUE FIXA CRITÉRIOS DE QUANTIFICAÇÃO. PRECLUSÃO 399

1. Síntese da causa 399
2. Sobre a interpretação do título judicial no que concerne à certificação de lucros cessantes 403
   2.1. Considerações teóricas 403
   2.2. O caso sob consulta 407
3. Sobre o pronunciamento que fixou os critérios de liquidação 414
4. Conclusões 418

XVII

INTERPRETAÇÃO CONTRATUAL. CRITÉRIOS INTERPRETATIVOS. CRITÉRIO SISTEMÁTICO. CIRCUNSTÂNCIAS NEGOCIAIS. CRITÉRIO FINALÍSTICO. QUESTÕES DE FATO. IMPRESCINDIBILIDADE DE PROVA PERICIAL. SENTENÇA QUE JULGA ANTECIPADAMENTE. ERROS DE PROCEDIMENTO. DIREITO À INVALIDAÇÃO 421

1. Síntese da causa 421
2. Sobre a interpretação dos contratos 425
3. O caso sob consulta 432
   3.2. A distinção entre os conceitos de questão de fato e questão de direito tem como *locus* de verificação o fenômeno jurídico 433
4. Respostas aos quesitos formulados 440
5. Conclusões 442

XVIII

DECISÃO ARBITRAL. DEMANDA ANULATÓRIA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE PROCEDIMENTO. VALORAÇÃO DE PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA E JUÍZO SOBRE SEU SUPORTE FÁTICO. INEXISTÊNCIA DE JULGAMENTO POR EQUIDADE. DECISÃO FUNDAMENTADA. INCONFORMISMO COM O TEOR DA FUNDAMENTAÇÃO. CONCLUSÃO DE DESNECESSIDADE DE PERÍCIA. CONCORDÂNCIA DA PARTE COM O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REVER O CONTEÚDO DA DECISÃO ARBITRAL 445

1. Síntese do caso 445
2. Sobre o objeto do processo arbitral em análise 449
3. Sobre a sentença arbitral e os apontados vícios na demanda anulatória. 452
   3.1. Considerações iniciais 452
   3.2. Sobre a inexistência de violação à convenção de arbitragem 453
   3.3. Sobre a inexistência de vício de fundamentação 460
   3.4. Sobre a não realização da prova pericial e a inexistência de vício 461
   3.5. Conclusões deste ponto 464
4. Conclusões 464

XIX

EMBARGOS À EXECUÇÃO. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. TRÂNSITO EM JULGADO. AJUIZAMENTO DE DEMANDA AUTÔNOMA. INEXISTÊNCIA DE COISA JULGADA MATERIAL. INEXISTÊNCIA DE EFICÁCIA PRECLUSIVA. SIMULAÇÃO. VÍCIO SUBMETIDO AO REGIME DAS NULIDADES. POSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DE OFÍCIO. 467

1. Síntese dos fatos..... 467
2. Considerações teóricas..... 469
3. O caso sob consulta..... 474
4. Conclusões..... 482

XX

EMBARGOS À EXECUÇÃO E AÇÃO AUTÔNOMA MERAMENTE DECLARATÓRIA. CAUSAS DE PEDIR DIVERSAS. PEDIDOS DIVERSOS. INEXISTÊNCIA DE LITISPENDÊNCIA. CONEXÃO. RELAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE. 485

1. Síntese da causa..... 485
2. Considerações teóricas..... 489
3. O caso sob consulta..... 498
   3.1. Sobre os objetos da demanda executiva e dos embargos à execução..... 498
   3.2. Sobre o objeto da demanda declaratória..... 504
   3.3. Sobre a diversidade dos elementos objetivos dos embargos à execução e da demanda meramente declaratória..... 511
   3.4. Conclusões: da inexistência de litispendência..... 514
4. Conclusões..... 515

XXI

DEMANDA DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 20 DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 66/2002. DISCUSSÃO SOBRE SUPOSTA EXIGÊNCIA DE "CONFISSÃO DE DÍVIDA" OU DE "RENÚNCIA AO DIREITO EM QUE SE FUNDA A AÇÃO". QUESTÃO DE DIREITO. RECURSO ESPECIAL. NÃO INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 07 DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE DO STJ. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE POSITIVO. PROFUNDIDADE DO EFEITO DEVOLUTIVO. 517

1. Síntese do caso..... 517
2. Sobre o juízo de admissibilidade do recurso especial..... 521
   2.1. Considerações gerais..... 521
   2.2. Sobre a distinção entre questão de fato e questão de direito..... 524
   2.3. Sobre a reciprocidade entre os conceitos de questão de fato e questão de direito..... 527
3. O caso sob consulta..... 529
   3.1. Considerações gerais sobre a admissibilidade do recurso especial sob análise..... 529
   3.2. A análise de cada causa de pedir recursal: não incidência do enunciado n. 07 e a satisfação da exigência de prequestionamento. 531
   3.3. Da profundidade do efeito devolutivo do recurso especial interposto..... 540
4. Conclusões..... 542

XXII

DIREITO INTERTEMPORAL. INTIMAÇÃO DA DECISÃO. NORMA INCIDENTE. CONTAGEM DE PRAZO À LUZ DO CPC DE 2015. ERROS DE JULGAMENTO DE DECISÃO QUE DECRETOU A INADMISSIBILIDADE 543

1. Síntese da consulta. 543
2. Considerações teóricas 544
   2.1. Considerações gerais sobre a aplicação da norma processual no tempo 544
   2.2. Sobre a aplicação no tempo da norma de contagem de prazo recursal 546
3. O caso sob consulta 550
4. Conclusões 555

XXIII

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DE TERCEIRO. NECESSIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE NORMA INDIVIDUALIZADA E CONCRETA PRÓPRIA. AUSÊNCIA DE LANÇAMENTO E DE CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. DECADÊNCIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA BOA BOA-FÉ. TUTELA DA SITUAÇÃO DE CONFIANÇA. REGRA DA CONGRUÊNCIA OBJETIVA. PROVA INDICIÁRIA 557

1. Síntese dos fatos 557
2. Premissas teóricas 562
   2.1. Sobre a prescrição e a decadência 562
   2.2. Sobre a constituição da relação jurídica tributária 565
   3.3. A constituição da responsabilidade tributária de terceiro 571
3. O caso sob consulta 576
   3.1. Inexistência de lançamentos em face da consulente. Inexistência de título executivo judicial. Violação ao contraditório. Decadência 576
   3.2. Violação ao princípio da boa boa-fé. Proteção da situação da confiança da consulente 581
   3.3. Outros problemas das decisões que acolheram os pedidos de redirecionamento formulados pela União 585
4. Conclusões 592